

SAHLINS, Marshall. What Kinship is (parts one and two). **JRAY**, [S./], 17, (N.S.), 2011.

João Paulo Roberti Junior¹

Universidade Federal de Santa Catarina
E-mail: joaoroberti@gmail.com

Os sistemas de parentesco são frequentemente considerados pelos antropólogos, assim como por aqueles que os estudam, como estando no centro dos processos da comunidade, envolvendo a solidariedade, a reciprocidade, a reprodução e a aliança. Nessa oscilação, alguns movimentos ganham corpo e fundamentam a Antropologia quase que exclusivamente. Ao mesmo tempo, o estudo dos sistemas de parentesco, baseado em formas terminológicas estruturadas, cerceou-se a ser colocado como “pano de fundo”.

Nesse ínterim, o texto “What Kinship is”, de Marshall Sahlins, publicado em 2011 pelo *Journal of the Royal Anthropological Institute (N.S.)*, é um texto que propõe a sistematização de uma “revisão” dos estudos de parentesco, organizando por meio dessas reflexões, uma guinada na elaboração de uma contribuição para o estudo das relações de parentesco e as teorias da personalidade, mais especificamente olhando para os modos de existência entre os seres: “mutuality of being”.

O texto tem como objetivo deslocar os aspectos da existência do ser para a relação entre os seres, isto é, como citado, entender que as pessoas só existem em relação à outra, isso definiria qualidade dos modos de existência entre os seres: “*mutuality of being*”. A tentativa de Sahlins é aproximar o parentesco de análises ontológicas assim como de outros regimes, em que o “idioma da relacionalidade” seja uma possibilidade de “equalizar” o parentesco na descendência e na consanguinidade.

O exercício de Sahlins não pretende ser um modelo definitivo sobre o parentesco, ao contrário, assume uma comparação descontrolada, ao estilo Frazer, para produzir um metatexto em que possa pôr a prova sua ideia de “*mutuality of being*” – o que o autor parece sugerir é que a mutualidade/reciprocidade do ser refere-se a uma forma de “parentalidade” em que a pessoa é mútua e que vive em si mesma por meio de relações interpessoais de parentesco.

Assume-se, dessa forma, o parentesco como um processo construído que considera não somente aspectos da biologia, associados às uniões conjugais, procriação, germanidade e pelo próprio nascimento², visto que ao nascer não se garante a humanidade, pois ela é produzida muitas vezes por meio de relações que mediam diferentes seres além dos genitores (a produção da pessoa é sempre uma relação que existe de uma potência externa e/ou não humana). Outro dado importante é o partilhamento, troca e transmissão de substâncias, que não se limita a noção de que “o sangue puxa” como mostrou Schneider (1968; 1964), ou mesmo Héritier (1994; 2000), contudo, o que Sahlins deixa evidente é que a própria noção de substância é um código de construção do parentesco.

Em certos cenários etnográficos a agência de outros seres, por exemplo, das crianças mostra-se decisiva para produção do parentesco ou de uma parentela que as aceite como “*membro*” da família – produzindo, dessa forma, mais *relatedness* (agência) do que *kinship* (descendência). Nesse ponto, oscila-se no movimento conceitual que Janet Carsten em “*Culture of relatedness*” (2002) apresenta nas compreensões que diferenciem abordagens que privilegiam uma análise tradicional. Opta-se em fazer a distinção conceitual entre – *kinship* – parentesco centrado na descendência, linhagem e consanguinidade e *relatedness* – estar relacionado, que ela propõe como uma forma de demonstrar os modos comparativos de diferentes cenários etnográficos.

Segundo a autora: “I use ‘relatedness’ to convey, however unsatisfactorily, a move away from a pre-given analytic opposition between the biological and the social on which much anthropological study of kinship has rested” (Carsten, 2000, p. 4). Esse aspecto abre uma fenda para a concepção das lógicas culturais do parentesco³.

Seguindo os exemplos, Sahlins conecta diferentes dados etnográficos para demonstrar que o parentesco pode modificar papéis sociais e de gênero, e que elementos como riqueza e prestígio influenciam na criação e filiação. Desse modo, *kinship of procreation* é o parentesco construído anteriormente ao nascimento e se relaciona às potências externas postas no campo da afinidade em potencial.

Em determinado parágrafo, o autor afirma que “Kinship fashioned sociologically may be the same in substance as kinship figured genealogically made of the same stuff transmited in procreation” (Sahlins, 2011, p. 4). O que esse trecho sugere é que o autor demonstra que os mesmos mecanismos que produzem o “kinship of procreation” estão na base de produção do “kinship figured genealogically”, isto é, o parentesco relacional ou afim pode ser o mesmo parentesco genealógico, de modelo clássico: terminologias, linhagens, descendência.

O exercício em constatar o que o parentesco é e não é, passa pelo entendimento de Sahlins que nem toda descrição é prescritiva, que entre o modo como as pessoas descrevem o parentesco e como ele opera na vida cotidiana existe variações e combinações que dão outro sentido as relações de parentesco. Tomando os Inuit descritos por Nuttall, Sahlins aponta que, nesse caso, os Inuit não estão prescrevendo suas relações de parentesco, mas que são as formas que já foram descritas que possibilitam quais relações podem efetivar. Parentesco é a forma de perdurar relações instáveis.

Sahlins chama atenção para que mesmo as análises de sistemas de parentesco flexíveis como os dos Inuit, em que as relações e as posições entre os sujeitos são potencialmente instáveis, existem marcadores e códigos que enunciam as relações. Entende-se esse trecho como a “defesa do parentesco” de modo análogo ao movimento realizado em “O Pessimismo Sentimental”, Sahlins (1997) abre uma crítica à teoria pós-moderna que buscava desconstruir toda produção antropológica moderna. O parentesco era então mobilizado para reafirmar que o sistema de práticas não era condizente com o sistema de atitudes e que existe uma essencialização sobre a realidade.

A crítica ao construtivismo do parentesco ressoado em Sahlins encontra voz via o perspectivismo ameríndio, ou melhor, nas formulações

de Viveiros de Castro sobre a afinidade potencial e a corporalidade na produção das relações entre humanos e não humanos na Amazônia. Neste, o idioma do parentesco não está inscrito na biologia, mas o suporte produzido por ela – o corpo – é o lugar da teoria multinaturalista. Assim, o corpo, como o parentesco, não é biológico, é social (Viveiros de Castro, 1979).

A “virada ontológica” no parentesco tão evidente em Viveiros de Castro, Janet Carsten e Marilyn Strathern, para Sahlins já está presente em Schneider⁴, pois, Schneider distinguiu o sistema cultural de ação social (teoria do parentesco) e como ele é realizado na vida social (como as pessoas vivem suas relações). Produzindo, dessa forma, um sistema distinto das relações de parentesco de quem é “de sangue” e de quem é por “lei/norma/jural”.

Parentesco para Schneider, na visão de Sahlins, está no mesmo campo do conceito de cultura para Strathern (1992, p. 47) “[...] consists in the way people draw analogies between different domains of their worlds [...]”, em que o parentesco deixa de ser uma categoria transcultural, ganhando relevo não por sua “condição cultural”, mas no campo dos símbolos e significados onde o cultural é a operação objetivada que conecta os símbolos; significados e as relações sociais. A citação que Sahlins traz de Schneider sobre o parentesco é a operação posteriormente realizada por Roy Wagner (2010) ao falar da cultura como um conceito produzido nas relações entre os nativos e da cultura como uma linguagem de comunicação entre antropólogos e nativos.

Os estudos de parentesco que ignoram a constituição simbólica das relações sociais recaem em entendimentos que isolam esses domínios. O parentesco não é aquilo que fica latente esperando a análise antropológica, ele até pode ser isso para os antropólogos, porém para as pessoas o parentesco opera relações que produzem o social. Se o parentesco for analisado por meio de concepções dualistas que pensam as relações como “*physis*” e “*nomos*” (Sahlins, 2011, p. 17), tal concepção seria apenas mais um divisor da ontologia moderna.

Sahlins realiza uma análise que reporta a Durkheim na compreensão da independência do parentesco da genealogia, ao dar um sentido ao parentesco: relações mútuas de ser e estar, participando

de diferentes modos de existência. Sahlins faz um panorama desses pontos: situa no desajuste do valor entre parentes em sistemas matrilineares e patrilineares, em situações de sistemas totêmicos que produzem o parentesco de outra forma: epônimos, comensalidade, estética corporal, contrato de sangue.

Contudo, para a compreensão da proposta de Sahlins, a noção de corpo e pessoa múltipla é fundamental, porque demonstra que tanto na Melanésia ou África é a corporalidade, ou melhor, a produção do corpo o idioma que produz socialidade. O sistema de parentesco para Marshall Sahlins se dá nas múltiplas formas de participação por meio das mutualidades dos seres, seguindo uma linhagem que associa Strathern, Marriot e Bastide, passa por Lévy-Bruhl e Durkheim e chega a Aristóteles. O autor entende que os significados de pertencimento mútuo do parentesco: genealogia e performatividade possuem sentidos mais amplos que reprodução e simbolismo. O lugar de/do ser e suas relações são demonstrados em descrições etnográficas em que o parentesco é um processo de estar relacionado por meio de convivência, residência, trocas de substâncias, sentimentos e de experiências.

Os exemplos dados (Johansen, Edwards, Strathern e Carsten) apontam para o entendimento de que o parentesco não se restringe à noção de indivíduo, pois ele opera relações sociais e cognitivas para produção de sua existência. Ser parente pode ser produzido por meio de modos de nominação onde o sufixo produz a coletividade. Outros exemplos etnográficos dados por Sahlins buscam sustentar seu argumento sobre o que é o parentesco nas relações de reciprocidade ou de pertencimento a modos de existência que tomam pessoas e parentes como conexões fragmentadas ou parciais (Carsten, 2000). Um das coisas que o parentesco pode ser é a produção de coletividades e afinidades, assim “Kin terms indicate kinds and/or degrees of conjoint being: their reciprocals thus complete a relationship that amounts to a unity of differentiated parts.” (Sahlins, 2011, p. 12).

A pessoa partível ou compósita exposta por Strathern na Melanésia é a categoria que é por si uma relação e não se fecha como relação, não existe pessoa no singular – a noção de pessoa no plural é o fundamento do conceito de socialidade que é o contraponto a noção

de sociedade e indivíduo exposta em “O conceito de sociedade está teoricamente obsoleto?” e no “*After Nature*” ambos de Marilyn Strathern. Os efeitos da noção de pessoa de Strathern são observáveis em muitas etnografias como no Brasil, onde se pode perceber o rendimento dessa perspectiva nos desdobramentos da virada reflexiva, em que a noção de pessoa melanésia – um compósito de relações e o corpo com local plural – se aproxima da noção de pessoa ameríndia – em que o corpo é um feixe de relações e o lugar da perspectiva – entretanto, como demonstra Sahlins, é preciso reconhecer as diferenças entre a noção de pessoa e as relações de parentesco. O que está em jogo é a qualidade das relações – do eu entre vários outros e os vários outros e eu – e não a natureza da pessoa.

Sahlins parte da crítica de Strathern à noção de indivíduo e da pessoa compósita como redutores das relações da pessoa ocidental ao limite do indivíduo burguês neoliberal. As relações de “fundo” não resolvem os problemas que constituem a pessoa e o parentesco, pois, as razões intersubjetivas obviam elementos da ordem do parentesco, isto é, há dimensões “objetivas” na produção do parentesco. O que o autor assinala é que existem implicações que resolvem o problema do parentesco na noção de pessoa e implicações que resolvem a noção de pessoa no parentesco. Compartilha-se da importância da noção de pessoa dividua, como chave analítica de contraposição do lugar do indivíduo moderno. O rendimento das partes divisíveis do indivíduo torna-se meios de desfocar a importância do ego, do *cum* concêntrico e dos diagramas de parentesco. Porém, o autor lembra que tal noção não pode ser tomada como “totalizadora” dos estudos do parentesco, visto que os estudos sobre a linguagem apontam outras questões sobre o significado da onomástica e relações pronominais. Pois mesmo os indivíduos modernos produzem termos que associam e relacionam diferentes pessoas em contextos específicos – produzem *relatedness* – clientes, colegas, hóspedes, estrangeiros e etc.

Sahlins ao assumir o termo “mutualidade do ser” quer fugir das interpretações do parentesco que se posicionam no campo do ser como essência (noção substancializada do ser), porque a substancialização de um conceito cria visões essencialistas. A mutualidade do ser aponta

para a indeterminação do parentesco com “instituição”, porque para o autor o parentesco evoca relações múltiplas de existência, associando diversos planos ontológicos: relacionalidade, substancialidade e aspectos mais formais das relações.

Parece que todo o argumento sobre a troca de pontos de vista dos pronomes e os *shifters* que as pessoas dão ao parentesco – como uma ação do pensamento e a existência material das pessoas – são formulações do tipo Garrafa de Klein e/ou Fita de Moëbius, porque não há como distinguir nos termos do novo parentesco (pós-Schneider e pós-crítica feminista) o que é contido e o que é contingente, o que é dentro e o que é fora, citando Sahlins (2011, p. 227) “kinship entails an internalization of the difference even as objectifies it”.

Nesse sentido, o autor traz a “*transpersonal práxis*” como um termo aliado de “*mutuality of being*”, pois se a pessoa só existe em termos de relações mútuas ou recíprocas, as práticas são extensões das relações entre pessoas, pois a experiência é mútua, assim como a pessoa.

Os longos exemplos dados por Sahlins para descrever a noção de pessoa que agrega a mutualidade do ser seguem muitos percursos etnográficos para levar o leitor a noção de corpo, corporalidade, agência e complementariedade de gênero na Melanésia – o corpo como uma práxis do parentesco – assim os conceitos strathernianos de “*nurture*” e “*consuming*” levam a questão da complementariedade das agências masculinas e femininas ou que não existe o eu porque este está difundido em todos. O corpo está no limite do agente e como sujeito que recebe a ação. O termo agência para Sahlins (2011, p. 243) é o nexos que agrega a *transpersonal práxis* a *mutuality of being* porque “*Agency is in the unity of duality*” – que difere do argumento de Strathern, pois, para Sahlins, a autora trata agência mais no ato da ação do que da mutualidade entre as dualidades.

De todo modo, nos cálculos terminológicos e nas posições geracionais, são eleitas formas de fazer do parentesco tradicionais modos de perceber como certas práticas produzem relações e transformação na descendência – marcar ego e traçar linhas de descendência, geração e filiação. As quantidades de informações etnográficas que Sahlins traz, faz com o que texto dê muitas voltas e ele queira incluir vários assuntos

que produzem “*kinship and relatedness*” que dificulta a leitura. Nesse item as inclusões de temas como vingança, comércio e produtos levam a entender que é preciso diferenciar o que os nativos dizem sobre seu sistema social e de parentesco – do ponto de vista ideal – para como eles acontecem de fato – do ponto de vista das relações de hostilidade, disputa por herança, conflitos e rupturas.

O caso dos cunhados e suas implicações de hostilidade com a irmã da mulher são amplamente conhecidos – um exemplo clássico é o mito da aquisição do fogo em “Do Mel as Cinzas” (Levi-strauss, 2004), em que o fogo é roubado dos jaguares pelo humano que se casa com um ou uma jaguar, dessa operação os homens passam a comer cozido e os jaguares passam a comer cru. A posição do cunhado é sempre ambígua – todos os americanistas citados por Sahlins: Eduardo Viveiro de Castro, Aparecida Villaça, Carlos Fausto e Philippe Descola estão relacionados ao campo da etnologia que Viveiros de Castro, denominam “economia moral da alteridade” sob o idioma da predação e no campo da afinidade em potencial.

De todo modo, o marco é que não há estabilidade nas relações, elas são processos reelaborados a todo o momento, em que a própria posição de humano é posta em dúvida. É importante lembrar-se da importância da fabricação do corpo nas terras baixas, visto que o corpo e pessoa ocupam às vezes posições iguais e diferentes. São as relações que podem ou não, serem atualizadas ou esquecidas que produzem o parentesco. O lugar da pessoa e do parentesco é no “entre”, independente de quais operadores eleitos para fazer estas marcações.

Sahlins recorre às teorias amazônicas do parentesco (animismo e perspectivismo) para realizar uma crítica às teorias do novo parentesco ou construtivistas, elaboradas sobre o efeito da crítica de Schneider ao caráter universalizante dos estudos de parentesco. Entende-se que a crítica de Sahlins está no fato de que para Schneider os termos genealógicos do parentesco não seriam úteis para análises em sistemas sociais distintos, para Sahlins o problema está na limitação de Schneider quanto à dimensão cultural do parentesco. Já na teoria da afinidade em potencial do perspectivismo ameríndio, extrapola-se essa questão pela condição de alteridade radical na produção da socialidade

ameríndia, assim, a virada ontológica no parentesco para Sahlins está na capacidade de transformar os afins em seus, isto é, apostando que os termos do parentesco podem estabelecer comparações na análise cultural dos símbolos e significados. Entendendo os meios e modos de existência entre diferentes sistemas de *kinship* ou *relatedness* (cf. Carsten, 2000) dando um novo fôlego aos estudos de parentesco.

Contudo, não se visualiza no termo proposto por Sahlins uma grande ruptura, ao chamar *relatedness* de *mutuality of being*, pois ele também está abandonando o uso de *kinship* nos termos tradicionais, em que a dicotomia entre o cultural e o natural regia as análises tradicionais. O conceito de *relatedness* permite realizar o que para os “pós-sociais” é fundamental: a comparação entre os modos de existência, pois para o novo parentesco, os termos diferem com genealogia e que as tecnologias reprodutivas tem mais haver com cultura do que com biologia.

Falar do parentesco sem a condição “natural” é defini-lo mais ao lado das análises do ponto de vista social. Sahlins procurar dar uma resposta mediadora entre os “*constructivists*” na análise antropológica do parentesco, pois ao refutarem tanto a noção de natural da produção da pessoa (aqui ele faz uma crítica à noção de pessoa e de relações sociais em Strathern), optam excessivamente pelo cultural, tornando-se uma dicotomia rentável.

O interesse e a contribuição do texto para o estudo do Parentesco estão em estabelecer um conceito para repensar o parentesco. É compreender na forma que relaciona relações (o que é muito parecido com Strathern), mas sua maior inspiração são as teorias amazônicas do parentesco (Viveiros de Castro, Villaça, Descola, entre outros). A *mutuality of being* são os modos de conexão que estabelecem as pessoas presentes na vida dos outros, contudo existem gradações nessa relação: de camadas, círculos. A saída de Sahlins é gradualista e ontológica.

Notas

- ¹ Membro estudante do GrupCiber (Grupo de Pesquisa em Ciberantropologia/Laboratório de Antropologia Social – UFSC). Mestrando em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
- ² A constatação de Sahlins passa pela revisão pós-schneideriana e a crítica feminista, em que os antropólogos passam a questionar os termos recorrentes da análise genealógica: procriação, filiação e descendência, podendo ser também descritos como construídos por meio das relações sociais.
- ³ Como por exemplo: comensalidade, compartilhar alimentos, reencarnação, coresidência, memórias compartilhadas, trabalho coletivo, adoção, amizade, enfim, várias formas de sentimento e moralidades que não podem ser descritas apenas por questões do parentesco genealógico, pois como demonstra os coletivos falantes de língua esquimó parentesco pode ser construído e desconstruído. Ou como afirmam Strathern e Stewart (2000, p. 358-386): “Thus, we might suggest that no rigid form of analysis can be imposed upon these societies since, like all social systems, they exist because they are in a state of perpetual flux – at times greater than expected by analytical models and at other less than expected”.
- ⁴ Schneider pontua e problematiza a tomada do parentesco como o modelo universal natural e operativo-descritivo das relações (cf. Schneider, 1968; 1964). Além disso, Sahlins chama atenção para a perspectiva schneideriana do parentesco do tipo garrafa de Klein: o natural está dentro do cultural na medida e ao mesmo tempo em que o cultural está dentro do natural. Nesse sentido é que Sahlins chama atenção para a fractalidade neste sistema.

Referências

CARSTEN, Janet. **Culture of relatedness: new approaches to the study of kinship**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

HÉRITIER, Françoise. Articulations et substances. **L’Homme. Question de Parenté**, Paris, n. 154-155, EHESS, 2000.

_____. **Les deux sœurs et leur mère**. Paris: Éditions Odile Jacob, 1994.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Cru e o Cozido**. Mitológicas I. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

SAHLINS, Marshall. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em via de extinção (Parte I e II). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 1997.

STRATHERN, Marilyn. **Reproducing the Future: Anthropology, Kinship, and the New Reproductive Technologies**. New York: Routledge, 1992.

SCHNEIDER, David M. **American Kinship: a cultural account**. New Jersey: Prentice-Hall, 1968.

_____. **A critique of the Study of kinship.** The University of Michigan Press, 1984.

STRATHERN, Andrew; STEWART, Pamela. Kinship and Commoditization: historical transformation. **L'Homme. Question de Parenté**, Paris, n. 154-155, EHESS, 2000.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A fabricação do corpo na sociedade Xinguana. **Boletim do Museu Nacional**, [S.l.], n. 32, p. 40-49, 1979.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura.** São Paulo: Cosac Naify, 2010.

Recebido em 07/10/2015

Aceito em 19/08/2016